



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

INVENTANDO MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS CULTURAIS: NARRATIVAS PRESERVACIONISTAS EM PORTO ALEGRE NA DÉCADA DE 1970

Danieli dos Santos Brito*

Maria Angélica Zubaran (Orientador)**

1

Este estudo investiga como as noções de memória e patrimônio cultural foram construídas culturalmente nas narrativas em defesa da preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade de Porto Alegre, na imprensa local, na década de 1970. Especificamente, trata-se de mapear as representações e os significados culturais mais recorrentes atribuídos à memória e ao patrimônio nas narrativas do jornalista Alberto André e do historiador Sérgio da Costa Franco divulgadas na imprensa gaúcha, em defesa do patrimônio cultural da cidade. Que significados culturais esses profissionais liberais, pertencentes às classes médias urbanas, atribuíram a memória e ao patrimônio cultural da cidade, particularmente, ao Solar Lopo Gonçalves? Essa é uma das questões centrais que pretendemos examinar neste trabalho.

Trata-se de uma análise cultural a partir dos pressupostos teóricos dos Estudos Culturais, na perspectiva de que as representações culturais contidas na linguagem, não

* Bolsista de Iniciação Científica PROICT Ulbra e aluna do Curso de História Ulbra, danielibritoalves@gmail.com

** Professora adjunta do Curso de História e do Mestrado em Educação da Universidade Luterana do Brasil, Diretora do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, angeliczubaran@yahoo.com.br

apenas "falam sobre", mas constituem e inventam as coisas e os sujeitos sobre os quais falam. Para Stuart Hall, a importância das palavras, expressões, convenções, vêm dos significados que elas produzem e fazem circular na cultura. Conforme a abordagem construcionista de Hall as coisas não significam, não possuem um significado intrínseco, mas construímos o significado das coisas utilizando sistemas de representação. Portanto, trata-se do poder instituidor das representações e de como os atores sociais usaram os sistemas de representações para produzir significados na cultura. Os artefatos culturais selecionados para essa análise são os jornais locais, principalmente o Correio do Povo e Zero Hora, além da Folha da Tarde e o Diário de Notícias, disponíveis no Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa (MCSHC).

Os conceitos de memória e patrimônio são fundamentais neste trabalho. Neste sentido é importante destacar, como afirma Maurice Halbwachs, um dos pioneiros no estudo das memórias sociais, que a memória coletiva não designa uma faculdade, mas é uma representação, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum aos membros desse grupo (HALBWACHS, 1999, p. 24).

Como lembra Jöel Candau, o fundamental é "reconhecer que a memória é acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que sua reconstituição fiel". Para o autor, todo aquele que recorda, domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria e coloca sua marca, "uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade" (CANDAU, 2011, p. 74). Em outras palavras, também Candau salienta que a memória é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade e de continuidade de um grupo, para a construção da sua identidade. O autor sublinha que memória e identidade estão indissolavelmente ligadas, que as relações entre memória e identidade, "se conjugam, se nutrem mutuamente, se apóiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, uma narrativa" (CANDAU, 2011, p. 16).

De acordo com François Choay (2001), o entendimento que temos do conceito de patrimônio deriva da noção moderna de patrimônio histórico que surge nas décadas finais do século XVIII, sobretudo com a Revolução Francesa que colocou o problema do destino que teriam os bens confiscados do clero e da aristocracia, quando a

preservação do patrimônio deixa de ser uma preocupação de eruditos ou de setores da igreja católica e se torna objeto de políticas públicas do Estado. Ao longo do século XIX, os países europeus organizaram estruturas para a salvaguarda dos seus patrimônios nacionais, compostos de obras de arte eruditas e de edificações relacionadas à grandeza e excepcionalidade, que representavam a nação.

No Brasil foi adotado o modelo centralizado francês de preservação do patrimônio cultural através da criação Serviço Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, ligado ao Ministério da educação e Saúde, em 1937. Na sua primeira fase, o SPHAN direcionou suas ações ao patrimônio chamado de “pedra e cal”, em sua maioria edifícios do período colonial, ligados ao estilo barroco brasileiro e que referenciavam a memória histórica ligada às elites políticas e econômicas.

Na década de 1970, o "milagre econômico" e o *boom* imobiliário daí decorrente resultaram na intensa urbanização das cidades brasileiras e foram acompanhados pela formulação de uma política nacional de preservação do patrimônio cultural, que tentou conciliar valores culturais e econômicos e considerar o potencial turístico dos bens culturais. É nesse contexto, dos Encontros de Governadores que resultaram no Compromisso de Brasília (1970) e no Compromisso de Salvador (1971) que se iniciava uma política de descentralização de preservação do patrimônio para criar legislações estaduais e órgãos municipais de proteção ao patrimônio, tendo por base os compromissos internacionais. Nesse contexto, em Porto Alegre, profissionais liberais envolvidos com a cultura e a história local, vão se manifestar em defesa do patrimônio cultural edificado da cidade através de colunas assinadas nos jornais locais. A visão corrente era de que a cidade estava perdendo a sua memória, mas que ainda era possível salvar alguns edifícios da cidade. Neste contexto, foram nomeadas pela prefeitura duas Comissões do Patrimônio, a de 1971 e a de 1973, que listaram os edifícios que deveriam ser preservados na cidade. A primeira Comissão do Patrimônio era dirigida pelo advogado Leandro Telles e a segunda Comissão do Patrimônio estava sob a presidência do engenheiro Francisco Riopardense de Macedo.

Conforme aponta Sandra Pesavento, em Porto Alegre, durante esse período, diversas obras, principalmente viárias, trouxeram grande impacto para a paisagem urbana da cidade. Os anos de 1970 e 1980 foram marcados pela construção de viadutos,

elevadas túneis e perimetrais na cidade de Porto Alegre. Marlise Giovanaz coloca que desde o final da década de 1960 começaram a aparecer nos jornais da capital, artigos assinados por jornalistas, arquitetos, historiadores, advogados e médicos, denunciando as precárias condições do patrimônio histórico de Porto Alegre e questionando o processo de modernização em curso na cidade desde a década de 1940.

De acordo com Ana Lúcia Goelzer Meira (2004) foi a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, através da Ementa à Lei Orgânica, alterada para vigência a partir de janeiro de 1971, que determinou ao executivo municipal realizar o levantamento dos bens imóveis de valor histórico e cultural para a cidade, para fins de futuro tombamento. Em maio de 1971 foi formada e nomeada a primeira Comissão Municipal para realizar o trabalho da preservação patrimonial da cidade. A Comissão era formada por funcionários da Prefeitura Municipal e entre eles destaca-se o nome de Leandro Telles, que teve um papel importante escrevendo artigos nos jornais locais em defesa do patrimônio cultural da cidade como veremos a seguir. Em 1974, constituiu-se uma nova Comissão Municipal que contou com a presença majoritária de arquitetos e historiadores, entre eles Francisco Riopardense de Macedo, engenheiro urbanista, Paulo Xavier, representante do Instituto Histórico e Alberto André, jornalista, cujas matérias em defesa do patrimônio cultural nos jornais locais serão analisadas.

Em 1976 foi criado o Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC). O Relatório da segunda Comissão Municipal se transformou em Lei em 1977 e foram nomeados 47 itens de valor histórico e cultural para a cidade de Porto Alegre. Uma sugestão dos conselheiros municipais foi a criação de um fundo que pudesse auxiliar os proprietários na tarefa de conservar as edificações. Em novembro de 1977 foi criado o Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (FUMPAHC) destinado a contribuir para projetos e serviços de preservação do Patrimônio histórico e cultural da cidade.

A Lei do tombamento municipal somente foi aprovada em 1979 e no ano seguinte foi instituído o Livro Tombo Histórico onde se inscreveram os imóveis relacionados anteriormente. Os primeiros cinco bens considerados de valor histórico e tombados pelo município de Porto Alegre foram os de propriedade municipal: Paço dos Açorianos, Mercado Público, Ponte de Pedra, Solar Lopo Gonçalves (recém adquirido

pelo município) e a Capela do Bonfim. Na administração do prefeito Guilherme S. Vilela foram promulgadas a maioria das leis referentes à preservação patrimonial em Porto Alegre e tombados 18 imóveis. Como afirma Marlise Giovanaz, "o Solar Lopo Gonçalves foi o primeiro prédio de propriedade privada tombado pelo patrimônio público porto-alegrense" em 21/12/1979.

De acordo com os estudos de Giovanaz (1995) e Possamai (1998), a discussão sobre o processo que determinou a preservação do Solar inicia-se em 1958, quando o então vereador Manoelito de Ornellas propôs que o prédio fosse considerado de importância histórico-cultural para a cidade, e se estende até 21/12/1979, data do tombamento do Solar. De acordo com Giovanaz, essa discussão sobre a preservação do Solar se intensificou na década de 1970, quando o processo de modernização urbana e a crescente migração do interior do estado para a capital passou a ser percebida como uma ameaça a memória e a identidade da cidade.

A narrativa preservacionista do jornalista Alberto André, então presidente da Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI) é marcada pelo discurso da perda eminente da memória da cidade. "Um dia vamos acordar sem memória" escrevia Alberto André e "nossa herança açoriana ficará rapidamente sem imagem". A memória que Alberto André considerava ameaçada era a memória açoriana da cidade e chamava os leitores para "defender o patrimônio dos que fundaram a cidade". Para ele a memória da cidade encontrava-se nos edifícios antigos, cuja historicidade vinculava-os ao passado e os distinguia dos demais justificando sua preservação. Ele dizia: "A cidade sem seus velhos edifícios é como um homem sem memória" e perguntava "quem somos nós sem os nossos velhos edifícios? (ANDRÉ, Correio do Povo, 13/08/1978, p.43)

Além do critério da antiguidade, Alberto André defendia a preservação dos edifícios com base na estética e nos estilos arquitetônicos dos prédios que "representavam fases da arte" e da "arquitetura histórica" e listava alguns edifícios da cidade que possuíam estilos artísticos, tais como: a Igreja Nossa Senhora das Dores, com suas torres barrocas, o Convento do Carmo com seu pátio barroco italiano e o Teatro São Pedro considerado jóia do barroco francês. Listava também a Ponte de Pedra, que informava ser de 1848 e construída pelos escravos. No final da sua coluna dizia que dois prédios eram unânimes entre o que se deveria preservar na cidade: a

"Prefeitura Velha, uma das mais expressivas jóias da arquitetura oriunda da doutrina positivista", obra do arquiteto italiano Carrara Colfosco, com bronze da França e leões de mármore Carrara e o "sobrado colonial", localizado à Rua João Alfredo, 582. O Solar da Rua João Alfredo era referido por Alberto André como a "Casa das Magnólias" e também como o local onde fora fundada a Associação Comercial de Porto Alegre. A representação do solar como "Casa das Magnólias" foi uma constante nas suas colunas, atribuindo um valor simbólico e afetivo ao Solar, em alusão a árvore que adornava seu jardim, diferenciando-o de outros prédios e caracterizando-o como patrimônio cultural. Já a representação do Solar como sede da Associação Comercial de Porto Alegre valorizava-o historicamente, vinculando-o ao seu ex-proprietário Lopo Gonçalves Bastos, um dos membros fundadores da Associação Comercial. Entretanto, informações do historiador Symansky (1998) tencionam essa representação do solar como sede da fundação da Associação Comercial. O autor pergunta: Por que Lopo Gonçalves e os comerciantes da cidade se deslocariam até uma chácara, distante dos limites urbanos, para fundar uma Associação, quando Lopo Gonçalves residia em um sobrado na Rua da Praia, no centro da cidade?

Também o historiador Sérgio da Costa Franco, promotor aposentado e pesquisador da História de Porto Alegre, se manifestou pela preservação do Solar. Em sua narrativa o Solar deixa de ser representado como o Solar das magnólias e passa a ser representado como o "Solar de Lopo Gonçalves". Sérgio da Costa Franco associa o Solar a figura de seu ex-proprietário, o comerciante português Lopo Gonçalves Bastos, representante da elite senhorial da cidade, e assim constrói a importância da casa e justifica sua preservação. Franco argumentava que o Solar era um prédio único, "autenticamente lusitano":

Compreendi que o solar de Lopo Gonçalves Bastos, ali a Rua João Alfredo era quase único em Porto Alegre. Em matéria de residências nobres do século XIX, nada existe em melhor estado de conservação externa e nada de mais autenticamente lusitano na nossa cidade. Pois tudo o que sobreviveu a picareta não resistiu ao arbítrio das reformas. (...) O Solar da Rua da Margem resistiu tal qual era ou tal qual o deixou seu dono falecido em 1872, depois de ter sido vereador em várias legislaturas, fundador da Praça do Comércio, provedor da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores e mais coisas que a um homem endinheirado e de espírito público se confiam (FRANCO, Correio do Povo, 09/07/1974, p.4).

Essa atribuição de autenticidade ao Solar Lopo Gonçalves é mais uma construção cultural produzida para valorizar o Solar e diferenciá-lo dos demais prédios e defender a sua preservação. Para o antropólogo Reginaldo Gonçalves "o autêntico" é uma invenção moderna que data de fins do século XVIII, "em que a "aura" de um objeto estava associada a sua originalidade, ao seu caráter único e a uma relação genuína como o passado" (GONÇALVES, 1988, p. 265). No caso particular do Solar, vale lembrar que quando o imóvel foi vendido pelos descendentes de Lopo para Albano José Volkmer o novo proprietário realizou uma reforma no prédio que foi dividido em três unidades habitacionais para abrigar a família Volkmer e os empregados da sua Fábrica de Velas. Portanto, já na década de 1940, o Solar perdera a sua suposta originalidade.

Sérgio da Costa Franco afirma ainda que o Solar "já se considerava perdido para a memória urbana" quando "o prefeito Thompson Flores decidiu adquiri-lo para o Município". Interessante observar que a referência a uma memória urbana estava sendo construída através do apelo a conservação de um imóvel que fora construído em zona fora dos limites urbanos da cidade e sem mencionar os sujeitos sociais que moravam no bairro. Além disso, Sérgio da Costa Franco passa a defender a preservação do Solar para nele instalar-se um museu e o Solar passa ser representado como o prédio que guardaria as memórias coletivas da cidade. Mas memórias sociais de quem?

Sérgio Costa Franco associava a memória local "as jóias de família" e aos "álbuns de recordações", em alusão aos símbolos que faziam parte de sua própria identidade social. Diz ele: "a proceder de outro modo, iríamos apagando todo o passado local e nos transformando numa desligada comunidade, sem marcas do tempo, sem jóias de família e sem álbum de recordações". Certamente, para a maioria dos porto-alegrenses a associação da memória local às jóias de família não encontraria ressonância, termo que Reginaldo Guimarães usa para se referir ao impacto público do patrimônio cultural na população.

Ainda em 1974, o jornalista Alberto André volta a escrever no Correio do Povo. A matéria, intitulada *Dos Velhos Sobrados às Igrejas*, ilustra a ênfase na preservação do patrimônio edificado e das elites econômicas e religiosas. Entre as imagens que reproduz de sobrados e igrejas que deveriam ser preservados, exhibe uma foto do Solar da Rua João Alfredo, cuja legenda referencia como "Casa das Magnólias",

onde "a prefeitura deseja instalar o museu da imagem e do som" e onde "foi fundada a Associação Comercial". Novamente a preservação do Solar aparece associada à transformação do imóvel em um museu e à fundação da Associação Comercial, para agregar valor histórico ao imóvel. O que Alberto André não comenta, mas que a imagem do Solar que ele selecionou para reprodução revela, é que na década de 1960, o Solar passou a ser ocupado por populares, o que se depreende da imagem, pelas roupas penduradas em uma corda junto às janelas e pela chaminé de fogão à lenha no telhado da sua varanda. A ocupação do Solar por populares assim como a deteriorização física desse imóvel estava relacionada ao desinteresse da Associação dos Economiários – SASSE, pelo Solar após ter seus planos de construção de uma sede para seus associados frustrados pela negativa da Prefeitura Municipal. Segue-se então um período de abandono do Solar que ficou quase em ruínas.

Interessante que, nesta mesma época, em matéria intitulada *Museu da Cidade*, Sérgio da Costa Franco representa o Solar como "um dos exemplares mais bem conservados de casa senhorial do século XIX" e contraditoriamente afirma que o estado de conservação do Solar estava muito precário: "O Solar continua virtualmente cercado de painéis de propaganda e habitado – não sei por quem. Uma centenária construção, com instalações elétricas precárias é um convite ao incêndio e ao desastre". Neste sentido, sua representação do Solar "bem conservado" não tinha correspondência nas condições "reais" do imóvel, mas era mais uma estratégia representacional construída para valorizá-lo na defesa da sua preservação. Na mesma coluna, Franco continuou a campanha pela transformação do Solar em museu. No entanto, apesar de reconhecer que Nilo Ruschel sugerira que ali se instalasse um museu da imagem e do som, ele questionava esse tipo de museu e sugeria que ali se instalasse um museu da cidade:

É de se questionar agora se a sua reivindicação [Nilo Ruschel] já não estaria atendida pela criação do Museu da Comunicação Social, promovida pelo governo do Estado. (...) Entretanto, não se trairia a memória de Nilo Ruschel, se o antigo Solar fosse transformado em museu da cidade. Porto Alegre não tem até hoje, uma casa onde guarde as suas lembranças históricas, sua bagagem fotográfica, as manifestações culturais de sua gente ao longo de tempo. (...) Aparentemente, por ser uma cidade ocupada e sitiada por forasteiros de todas as origens, ela sofre de memória descontínua, às vezes de amnésia. Receptiva às tradições gaúchas, às tradições alemãs, às tradições italianas, ela esquece, no entanto, a sua própria gente e seus brasões (FRANCO, Correio do Povo, 01/07/75, p.4).

Mais uma vez percebe-se nas representações articuladas por Franco o apelo às memórias e tradições lusitanas. Ele, assim como Alberto André, reconhecia que a memória da cidade estava ameaçada pelo esquecimento da memória dos açorianos. Em maio de 1975, na reportagem intitulada *A Cidade sem Patrimônio*, Alberto André lamentava que apesar dos levantamentos relatados pelas duas comissões, em dezembro de 1971 e em novembro de 1974, os resultados eram nulos, que no espaço de tempo entre uma e outra comissão, seis imóveis históricos foram demolidos, um dos quais a Casa Branca, que foi o quartel general dos Farrapos. Nessa matéria, Alberto André refere-se novamente a antigüidade do Solar e revela seu estado de abandono e a figura de dedicado caseiro que "faz o que pode para conservá-lo". Assim como Sérgio da Costa Franco, ele faz referência a Nilo Ruschel e ao tipo de Museu que Ruschel pretendia para o Solar mas, no entanto, não discorda.

Enquanto isso, o único prédio colonial que a municipalidade conseguiu obter, através de permuta, o da João Alfredo 582, em que residiu Lopo Gonçalves e foi fundada a Associação Comercial está semi-abandonado, ocupado por um caseiro que faz o que pode para conservá-lo. Nele Nilo Ruschel pretendia montar o Museu da Imagem e do Som. (Alberto André, *Correio do Povo*, 13/12/1079, p.25)

Além de revelar o "semi-abandono" do Solar, não fosse pelo caseiro que se esforça para conservá-lo, Alberto André repete os mesmos atributos mencionados por Sérgio da Costa Franco para valorizar o Solar e inventá-lo como patrimônio cultural da cidade: o fato de ter sido a residência do rico comerciante Lopo Gonçalves Bastos e de ter sido a sede da fundação da Associação Comercial e futura sede de um Museu. Esses atributos legitimavam o Solar como um prédio a ser preservado como patrimônio histórico cultural da cidade. Assegurada a preservação do Solar a municipalidade decidiu sediar ali o Museu de Porto Alegre que passou a guardar a memória da cidade.

As narrativas de preservação do patrimônio cultural em Porto Alegre na década de 1970 parecem se enquadrar na tendência das ações destinadas a preservar o patrimônio apontadas por Canclini (1994), que privilegiaram, majoritariamente, o valor testemunhal dos edifícios de caráter monumental e de épocas distantes e priorizaram os remanescentes da influência luso-brasileira, particularmente dos Açores, relacionados à origem da cidade de Porto Alegre. Ademais, no que se refere à preservação do Solar e

da sua transformação em Museu, pode-se dizer que as representações mais recorrentes sobre esse imóvel nas colunas dos jornais foram eficientes para sensibilizar os leitores e contribuíram para reverter um processo adiantado de deteriorização do imóvel e transformá-lo em um patrimônio cultural público, o Museu da Cidade de Porto Alegre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, R., CHAGAS, M. (org). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ANICO, Marta. *A Pós-modernização da Cultura: Patrimônio e Museus na Contemporaneidade*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 71-86, jan/jun 2005.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário social. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 23, p. 95-111, 1994.

CANDAU, Jöel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAGAS, Mário. Cultura, Patrimônio e Memória. In: *CIÊNCIAS & LETRAS*. n°31 (jan./jun.2002). Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, pp.15-29.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo, UNESP, 2001.

FUNARI, Pedro e Sandra Pelegrini. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2005.

GIOVANAZ, Marlise. A conformação do Solar de Lopo Gonçalves como um Lugar de Memória da cidade de Porto Alegre. TCC em História, 1995, UFRGS.

_____. Lugares de História: A Preservação Patrimonial na Cidade de Porto Alegre (1960-1979), Dissertação de Mestrado, UFRGS, 1999.

GIOVANAZ, Marlise. Os barões do cupim: A atuação dos intelectuais na luta pela preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Porto Alegre. *Ciências & Letras, Revista da Faculdade Porto – Alegrense de Educação, Ciências e Letras*. Porto Alegre, n° 27, p. 309 – 338, jan/jun. 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo. "Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O Problema dos Patrimônios Culturais". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.

GOULART, Antônio; TORMA, Ercy. *Grandes nomes da Comunicação, ed. n° 2, Alberto André*. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas. 1997, 26p.

HALBACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice ed., 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____ Quem precisa de identidade? In Tomaz Tadeu da Silva. (org). *Identidade e Diferença*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MONTEIRO, Charles. *Breve História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Cidade. 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é Patrimônio: Um Guia*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

PESAVENTO, Sandra. *Memória Porto Alegre espaços e vivências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

POSSAMAI, Zita. *Nos Bastidores Do Museu: Patrimônio e Passado da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

POSSAMAI, Zita Rosane. *Patrimônio e Passado da Cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: EST Edições. 2001.

TELLES, Leandro Silva. *Manual do Patrimônio Histórico*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal. 1977.